

Data da reunião ordinária: 17-04-2000

Início da reunião: 16:30 horas

Términus da reunião: 20:30 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Câmara Municipal do Entroncamento que comparecem à reunião:

Presidente: José Pereira da Cunha

Vereadores:

Olímpia Maria das Neves Valentim

Carlos Alberto Alves da Silva

António Silvino da Costa Ferreira

Outras Pessoas:

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Júlia de Jesus Canhoto Pimenta

Cargo: Chefe de Divisão Administrativa

Faltas justificadas: João José Pescador de Matos Fanha Vieira

Faltas justificadas: Jaime Manuel Gonçalves Ramos

Faltas justificadas: Luis Filipe Mesquita Boavida

Faltas por justificar:

Resumo diário da Tesouraria: 17-04-2000

Operações Orçamentais: 89.286.876,00

Operações de Tesouraria: 2.087.491,50

LEITURA E APROVAÇÃO DE ACTA

LEITURA E APROVAÇÃO DE ACTA

- Foram presentes as actas das reuniões realizadas a vinte sete de Março findo, e dez e doze de Abril, que depois de lidas e corrigidas foram aprovadas e assinadas.

C.C.R.L.V.T.

CANDIDATURA A CONTARTO – PROGRAMA/C.M.ENTº. – PISCINA AO AR LIVRE ENTº

- Ofício nº CTR/025/00, da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, a enviar a informação nº 007/CTR/00, elaborada em 00/04/05, com os despachos que a mesma mereceu, referente à " Candidatura a Contrato - Programa / C.M.Entroncamento " Piscina ao Ar Livre do Entroncamento" - Santarém/Entroncamento.

- A Câmara tomou conhecimento.

MUSEU NACIONAL FERROVIÁRIO

MUSEU NACIONAL FERROVIÁRIO – CONST. REFEITÓRIO E BALNEÁRIO

- Ofício nº P/0489/00, datado de 9 de Março findo, da Firma Planotejo - Coop. Ribatejana de Construção Civil, C.R.L., a comunicar que relativamente à " Construção do Refeitório e Balneário - Museu Nacional Ferroviário", não obtiveram qualquer resposta a anteriores comunicações daquela Firma referente à marcação de vistoria para extinção de caução.

- Para o efeito, D.O.M.S.U., emitiu o seguinte parecer:

- " O Auto de Vistoria para extinção de Caução foi elaborado em 27/03/2000, poderão, após homologação, serem libertadas as garantias bancárias."

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou proceder de acordo com o parecer da D.O.M.S.U.

ESCOLAS PRIMÁRIAS

ESCOLA Nº 1 – PEDIDO DE SUBSÍDIO

- Ofício nº 349, datado de 5 de Abril corrente, da Escola nº 1, do 1º Ciclo do Ensino Básico do Entroncamento, a comunicar que no próximo dia 10 de Maio irá realizar a sua visita de estudo, com o seguinte programa: " Museu da Marinha, passeio em comboio turístico passando pelos monumentos históricos na zona de Belém, travessia de barco Cais do Sodré - Trafaria e regresso pela ponte Vasco da Gama".

- Solicitam um subsídio para a referida visita e para um total de 240 alunos.

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com o parecer do Sr Vereador da Tarefa Específica, deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio de 400\$00, por aluno.

CONTA DE GERÊNCIA E RELAT. ACTIVIDADES

CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO DE 1999

- Presente a documentação referente ao Relatório de Actividades e à Conta de Gerência do ano de mil novecentos e noventa e nove.

- Depois de tecidos alguns considerandos pelo Sr. Vereador António Ferreira, na sequência de reuniões anteriores, entendeu este fazer a seguinte declaração relativa ao pedido pelo Exmo. Presidente de um Relatório de Actividades das tarefas de cada um dos Srs Vereadores:

- " Numa altura em que são delegadas largas competências aos presidentes de câmara, é no mínimo estranho que V/Exc. venha pedir a cada um dos vereadores um relatório de actividades das suas tarefas.

- Desde já considero uma falta de consideração esta atitude e uma provocação à qual não responderei. Não vou apresentar qualquer relatório formal! Limitar-me-ei a apresentar sugestões para incluir no Relatório de Actividades. Entendo que esta exigência tem como único e exclusivo objectivo subverter os princípios e o papel de

uma oposição responsável, e humilhar quem tenta fazer o melhor a partir do nada. Como diz o povo "sem ovos não se fazem omeletes".

- Entendo que para fazer um Relatório de Actividades teria que contrapor os meios humanos, financeiros e materiais postos à minha disposição para executar as tarefas. Sim, porque, um Relatório de Actividades tem sempre um contra ponto, as Contas de Gerência. Como os meios foram sempre de sua inteira responsabilidade é a si que cabe o papel de responder pela utilização destes.

- No caso concreto da CDU, sempre foram menosprezados os seus apelos para o reforço financeiro, e de pessoal das áreas do Saneamento e cemitério. Apelo esses que têm sucessivamente caído em "saco roto". Veja-se o investimento no saneamento que caiu para metade. A culpa não é de falta de aproveitamento do orçamento, mas sim de não ter sido previsto, responsabilidade primeira de quem detém de facto o poder nesta autarquia.

- Os escassos recursos financeiros são cada vez mais incorrectamente aplicados, os investimentos diminuem, as dívidas crescem assustadoramente e o Futuro é Negro. Isto é que é importante para a discussão que leva às soluções e resolução dos problemas.

- Anexo proposta para incluir nas áreas em que tenho tarefas."

- Informou o Exmo. Presidente que o Sr. Vereador Jaime Ramos deixara o texto da sua informação.

- Também a Sr^a. Vice Presidente já entregou a sua informação.

- Declarou o Sr. Vereador Carlos Silva considerar como seu, concordar com o relatório apresentado pelo Exmo. Presidente.

- A Câmara considerando todas as informações formuladas compôs o relatório de actividades do ano de 1999 e deliberou por maioria aprová-lo.

- Votaram a favor da aprovação do Relatório de Actividades e Conta de Gerência os Srs. Presidente, Vice-Presidente e Vereador Carlos Silva e votou contra o Sr. Vereador António Ferreira que pretende reproduzir aqui uma declaração de voto com o seguinte teor:

- "Relativamente à apresentação das Contas de Gerência e do Relatório de Actividades, a CDU passa a apresentar algumas questões:

- 1 - As Contas de Gerência e o Relatório de Actividades, relativos à execução dum Orçamento e de um Plano de Actividades com os quais não estivemos de acordo pelas razões que na altura apresentamos, e nos suscitavam muitas preocupações, merecem de nossa parte o voto contra.

- 2 - Mesmo tendo em conta só o Orçamento, verifica-se enorme disparidade nos investimentos planeados e executados, apesar das condições criadas pelo empréstimo de 400.000 contos. A execução dos Investimentos ficou-se pelos 43%, enquanto em 1998 tinha sido de 51,7%, tendo diminuído em termos relativos e absolutos. Esta Câmara afectou apenas 1/3 dos seus recursos financeiros ao investimento.

- 3 - As receitas de impostos indirectos, resultado directo da actividade dos serviços, ficaram muito aquém do previsto no Orçamento. Só foi executado 25% do previsto, tendo-se esbanjado recursos por inoperância, resultado da má estruturação dos serviços e de suas vicissitudes.

- 4 - Nas situações de precariedade de emprego, onde deveria haver alguma contenção, a situação agravou:

- Trabalho extraordinário aumentou 16,3%

- Trabalhadores com contrato a termo certo disparou 30,3%

- Em outras situações, manteve-se com 3,8%
- O principal responsável pelo agravamento é o Departamento de Instrução, Cultura e Desporto que comparativamente a 1998 aumentou:
 - o trabalho extraordinário em 47,5%
 - o trabalho a termo certo em 100%
 - o trabalho noutras situações em 31,5%
- Só neste departamento, estas três rubricas atingiram 25.995 contos contra os 17.256 contos gastos em 1998, o que corresponde a um aumento de 51%. O descalabro foi total e reflecte bem o fracasso desta gestão sócio-liberal. O emprego precário é o recurso óbvio, de quem não se preocupa com a qualidade na prestação de serviços aos munícipes.
- 5 - Apesar de terem crescido as despesas correntes no departamento de Instrução, Desporto e Cultura, as iniciativas realizadas não sofreram qualquer incremento digno de menção, veja-se a descrição do relatório de Actividades.
- 6 - A distribuição dos subsídios às associações culturais e desportivas, pecam pela falta de rigor e de critérios. O resultado está à vista! Um só clube beneficia de 1/3 dos subsídios atribuídos a todas as associações culturais e desportivas. As associações de tipo cultural têm que se contentar com as "migalhas".
- Nesta Declaração de Voto não podemos deixar de sublinhar a nossa extrema preocupação e perplexidade com a astronómica dívida a fornecedores e empreiteiros (e subsídios a colectividades e outras entidades). A situação descrita coloca graves dificuldades de tesouraria e financiamento aos fornecedores e delapida a credibilidade da Autarquia. A herança é pesada para quem vier a seguir. Apesar do actual panorama, a CME, aprovou para este ano, em Orçamento e Plano de Actividades, um acréscimo em Despesas Correntes de 18%, prontamente aprovado pelos dois principais partidos do Executivo. A tendência é previsível. Na má gestão, as lições do passado não contam para delinear as estratégias futuras".
- A Conta de Gerência aprovada acusa o seguinte movimento:
- SALDO DO ANO ANTERIOR SEGUNDO O RESUMO DO MODELO NÚMERO TRÊS:
- EM DOCUMENTOS: - Três milhões, duzentos e noventa e seis mil, novecentos e noventa e cinco escudos;
- EM NUMERÁRIO: - Quarenta e nove milhões, dezoito mil, quatrocentos e cinquenta e nove escudos e cinquenta centavos;
- RECEITA COBRADA DURANTE O ANO: - um bilião, seiscentos e onze milhões, quinhentos e noventa e três mil, setecentos e setenta e oito escudos; SENDO:
- Um bilião, quinhentos e seis milhões, quinhentos e setenta e dois mil e vinte e cinco escudos, de RECEITAS ORÇAMENTAIS; e,
- Cento e cinco milhões, vinte e um mil, setecentos e cinquenta e três escudos, de OPERAÇÕES DE TESOURARIA.
- RECEITA VIRTUAL LIQUIDADA: - Dez milhões, oitocentos e oitenta e um mil, seiscentos e oitenta e seis escudos.
- DESPESA EFECTUADA DURANTE O ANO: - Um bilião, seiscentos e sete milhões, setecentos e oitenta e sete mil, duzentos e dezoito escudos; SENDO:
- Um bilião, quinhentos e dois milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, setecentos e dezassete escudos, de DESPESAS ORÇAMENTAIS; e;
- Cento e quatro milhões, novecentos e dezoito mil, quinhentos e um escudos de OPERAÇÕES DE TESOURARIA.
- RECEITA VIRTUAL COBRADA: - Dez milhões, cento e trinta e sete mil, quatrocentos e oitenta e seis escudos.

- SALDO QUE TRANSITA PARA A GERÊNCIA IMEDIATA:
- EM NÚMERÁRIO:- Cinquenta e dois milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, dezanove escudos e cinquenta centavos.
- EM DOCUMENTOS: - quatro milhões, quarenta e um mil, cento e noventa e cinco escudos.

MUSEU NACIONAL FERROVIÁRIO

MUSEU FERROVIÁRIO – CONST. DO REFEITÓRIO E BALNEÁRIOS

- A Câmara homologou o auto de vistoria referente à empreitada de " Construção do refeitório e Balneários - Museu Ferroviário", conforme estipulado no nº 2 do artº 210º do Decreto - Lei nº 405/93, de 10 de Dezembro, adjudicada à Firma Planotejo, Coopertiva Ribatejana de Construção Civil, C.R.L.

REMODELAÇÃO DA REDE ESGOTOS DOMÉSTICOS

REMODELAÇÃO REDE DE ESGOTOS DOMÉSTICOS-TROÇO R. DAS FONTAÍNHAS

- A Câmara homologou o auto de consignação da empreitada de " Remodelação da Rede de Esgotos Domésticos - Troço na Rua das Fontaínhas", adjudicada à Firma António Emílio Gomes & Filhos, Lda.

REMODELAÇÃO REDE DE ESGOTOS DOMÉSTICOS-TROÇO R. DAS FONTAÍNHAS

- A Câmara homologou o auto de recepção provisório, referente à empreitada de " Remodelação da Rede de Esgotos Domésticos - Troço na Rua das Fontaínhas", adjudicada à Firma António Emílio Gomes & Filhos, Lda.

TOPONÍMIA – ARUAMENTOS

TOPONÍMIA

- A Câmara, retirou da reunião o assunto Toponímia, para em próxima reunião trazer nomes de pessoas que possam integrar a Comissão de Toponímia.

QUIOSQUES

QUIOSQUES – PRAÇA DA REPÚBLICA – ANTÓNIO JOSÉ DE JESUS DIOGO

- Presente de novo uma petição de António José de Jesus Diogo, proprietário do quiosque situado na Praça da República, nesta Cidade, a reforçar um pedido já anteriormente efectuado, para que lhe seja concedida autorização para a mudança de proprietário do referido quiosque, devido ao seu estado de saúde ter-se agravado, conforme os vários relatórios médicos que junta.
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, juntar os antecedentes e fazer baixar o processo ao Sr. Vereador Luis Filipe Boavida para parecer.

HABITAÇÃO SOCIAL

BAIRRO FREDERICO ULRICH – ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL

- Dos Serviços Municipais de Habitação foi presente a seguinte informação, referente à atribuição de habitação social - no Bairro Frederico Ulrich - Rua Engº Jaime Pascoal de Brito, nº 9 (T3), nesta Cidade:
- " Conforme despacho de 3/3/2000, foram entregues as chaves da habitação social, sita na Rua Engº Jaime Pascoal de Brito, nº 9 de tipologia T3, do Bairro Frederico Ulrich a Maria Fernanda Vieira Condeço Oliveira.
- A renda a atribuir é de: 3.000\$00".
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, proceder de acordo com esta informação.

ALTERAÇÃO AO DECRETO-LEI

ALTERAÇÃO AO DECRETO-LEI Nº 380/99, DE 22 DE SETEMBRO

- A Câmara tomou conhecimento do Decreto-Lei Nº 53/2000, de 7 de Abril, que prevê que as alterações do PDM em curso prossigam ao abrigo do Decreto-Lei Nº 69/90, caso contrário, a 31 de Maio de 2000, terá de providenciar-se de acordo com o Decreto-Lei Nº 380/99, de 22 de Setembro.

EMEF

EMEF – RESOLUÇÃO

- Pelo Exmo. Presidente, foi presente uma Resolução do Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário - CGTP-IN, Direcção Regional do Entroncamento, contendo a decisão tomada pelos Trabalhadores da EMEF, reunidos em Plenário, no passado dia 14 do corrente, nas Instalações do Entroncamento, sobre a situação de grande instabilidade laboral, que segundo instruções superiores, a administração está a lançar a empresa.
- Foi tomado conhecimento, tendo sido dado poderes ao Exmo. Presidente para o prosseguimento desta Resolução.

PAGAMENTOS

PAGAMENTOS

- A Câmara deliberou autorizar os pagamentos no valor total de 16.006.821\$00 (dezassex mil milhões, seis mil e oitocentos e vinte e um escudos), referente às autorizações de pagamento números 1932 ao 2006 e do 2025 ao 2031.

SAÍDA DE VEREADOR

SAÍDA DE VEREADOR

- Nesta altura, o Vereador Sr António Silvino da Costa Ferreira, saíu da reunião comunicando que iria participar numa vistoria a um bar em Torres Novas, tendo a reunião terminado por falta de quórum.
- Assim e de acordo com o nº 3 do Artº 89º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, o Exmo. Presidente marcou uma nova reunião, para o próximo dia 26, com início às 10 Horas e para análise dos assuntos não apreciados nesta reunião constantes da Ordem do Dia.
- A Saber:
- «Processo de Obras nº 40/99 - Victor Emanuel Estrela da Cruz - Casal Terceiro - lote 17;
- Processo de Obras nº 177/99 - Humberto Manuel Raimundo da Silva - Quinta do Bonito - lote 56;
- Processo de Obras nº 33/2000 - Filipe José Lopes de Oliveira - Rua Dr. Mário Matias, 4;
- Processo de Obras nº 65/2000 - Maria de Fátima do Rosário Nunes - Rua de Goa, nº 11;
- Loteamento nº 6/99 - António Augusto Pereira Cardoso - Pinhal da Lameira;
- Urbanização Casal Saldanha - Loteamento das Áreas Norte e Sul - "Proposta";
- Informações do Exmo. Presidente; e,
- Intervenções dos Srs Vereadores».

DELIBERAÇÕES

DELIBERAÇÕES

- No final da reunião foi deliberado aprovar em minuta o seguinte assunto:
- "Pagamentos".
- E nada mais havendo a tratar o Excelentíssimo Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta.
- E eu, _____, Chefe de Divisão Administrativa, a redigi, subscrevo e vou assinar, juntamente com o Excelentíssimo Presidente.